



MUNICH RE DO BRASIL RESEGUROADORA S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24



LUZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re" ou "Resseguradora") para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP 2016 foi um ano de consolidação de nossa posição no mercado. Apesar do cenário econômico adverso e da alta competitividade do mercado de resseguros no Brasil, a Munich Re emitiu Prêmios no montante de R\$ 441,9 milhões (líquidos de comissão de resseguro), representando um incremento de 15% em relação ao exercício findo em 2015. Tal crescimento é fruto do fortalecimento de parcerias com o desenvolvimento em conjunto soluções customizadas para suas práticas contábeis, do reconhecimento crescente pelo mercado da consistência e diferenciação dos serviços que prestamos ao longo de toda a cadeia de valor - desde a abordagem comercial, passando pela subscrição e processos administrativos, até o suporte e agilidade característicos de nossa gestão em sinistros. A possibilidade de desenvolvimentos projetos que atendam necessidades locais com o apoio da rede mundial do Grupo Munich Re, colaborando assim para o desenvolvimento e sofisticação do mercado brasileiro, vem sendo explorada

e feita tangível de maneira crescente. Nosso principal foco é estabelecer parcerias estratégicas com rol de clientes na pauta envolvendo assuntos pertinentes à gestão de risco, a partir das quais nosso desenvolvimento sustentável se materializa, conforme demonstram os resultados obtidos em 2016. O resultado operacional praticamente quadruplicou, atingindo o montante de R\$ 100,2 milhões ante R\$ 27,8 milhões em 2015. O lucro líquido saltou de R\$ 14,0 milhões para R\$ 55,7 milhões. O capital humano segue sendo um de nossos pilares e diferenciais. Contamos com uma equipe com profundo conhecimento técnico, próxima de nossos clientes, sagaz para identificar oportunidades e desenvolver soluções customizadas em co-criação com eles, compreender as peculiaridades de cada carteira, utilizando ainda a vasta experiência internacional do Grupo Munich Re. Além da qualidade na subscrição, no relacionamento com clientes e no gerenciamento de sinistros, destacamos em 2016 a consolidação de nossa equipe de soluções estruturadas para otimização da gestão de capital. Outro aspecto fundamental da governança corporativa da Munich Re é sua política ativa de gerenciamento de riscos. Nesse tocante, visando maior equilíbrio da carteira, a Munich Re passou a ceder proporcionalmente sua carteira de Crédito e Garantia, gerando uma movimentação de saldos no primeiro semestre referente a todos os contratos aceitos até

então. Adicionalmente, os contratos de retrocessão de algumas linhas de seguros de danos, relativos aos anos de subscrição 2010 e 2011, foram encerrados entre as partes no segundo semestre de 2016. Houve apuração de todo o acervo líquido com aplicação de uma taxa de desconto, que culminou numa liquidação financeira por parte das retrocessionárias. A solidez da Munich Re também está demonstrada na política de investimentos dos seus ativos, onde mantêm saldos com liquidez imediata no montante de R\$ 1.006.241 que representa um aumento de 14% quando comparado ao exercício de 2015. A perspectiva para o ano de 2017 é manter nosso foco no desenvolvimento sustentável da operação, com ganho cuidadoso de escala e orientação ao atendimento das necessidades operacionais e estratégicas de nossos clientes na pauta de gestão de riscos, de maneira cada vez mais eficiente e significativa. Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor, pelo apoio e orientações recebidas. Agradecemos também aos acionistas, aos clientes e aos nossos colaboradores.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015 (Em milhares de Reais)			
Ativo Circulante	Nota	31.12.2016	31.12.2015
1.982.158		1.778.240	
Disponível		19.495	59.064
Caixa e bancos	5	19.495	59.064
Aplicações		986.746	826.279
Crédito das operações com seguros e resseguros		337.212	278.897
Operações com seguradoras	7a	271.232	232.010
Operações com resseguradoras	7b	65.980	46.887
Outros créditos operacionais		8.126	—
Outros créditos operacionais		8.126	—
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas		618.534	602.493
Títulos e créditos a receber		6.439	5.521
Títulos e créditos a receber		141	295
Créditos tributários e previdenciários	8	6.179	5.127
Outros créditos		25	19
Despesas antecipadas		126	97
Custos de aquisição diferidos		5.580	5.969
Resseguros	13a	5.580	5.969
Não circulante		29.533	41.144
Realizável a longo prazo		23.809	34.424
Títulos e créditos a receber		4.127	2.842
Créditos tributários e previdenciários	8	17.001	24.279
Depósitos judiciais e fiscais		108	108
Custos de aquisição diferidos		2.573	2.995
Resseguros	13a	2.573	2.995
Imobilizado		5.724	6.720
Equipamentos		2.634	—
Bens móveis		198	4.019
Veículos		198	—
Outras imobilizações		2.545	2.701
Total do ativo		2.011.691	1.819.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo Circulante			
Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro 2015 (Em milhares de Reais)			
Passivo Circulante	Nota	31.12.2016	31.12.2015
1.586.925		1.456.111	
Contas a pagar		37.712	21.576
Obrigações a pagar	9	13.552	17.340
Impostos e encargos sociais a recolher		487	575
Encargos trabalhistas		2.181	1.977
Impostos e contribuições	10	21.492	1.684
Débito das operações com seguros e resseguros		172.534	78.226
Prêmios a restituir		235	235
Operações com resseguradoras	11	158.910	65.143
Corretores de seguros e resseguros		13.389	12.848
Depósitos de terceiros		9.908	9.977
Provisões técnicas - Resseguradora		13a 1.366.771	1.352.332
Passivo não circulante		52.718	50.276
Provisões técnicas - Resseguradora		52.718	50.276
Patrimônio líquido		372.048	312.997
Capital social	16	300.479	300.479
Reservas de lucros		71.569	12.518

Total do passivo e patrimônio líquido 2.011.691 1.819.384

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2014	Capital Legal	Capital social (em aprovação)	Reserva de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Aprovação do aumento de capital (Portaria SUSEP/DIRAT nº 111 de 22/01/2015)	136.187	164.292	1.824	—	302.303
Lucro líquido do exercício	164.292	(164.292)	—	14.025	14.025
Proposta para destinação do lucro líquido					
Reserva legal	—	—	701	(701)	—
Dividendos propostos	—	—	9.993	(9.993)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	300.479	—	2.525	9.993	312.997
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios, conforme AGOE de 21/09/2016	—	—	3.331	(3.331)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	55.720	55.720
Proposta para destinação do lucro líquido					
Reserva legal	—	—	2.786	(2.786)	—
Reserva estatutária	—	—	52.934	(52.934)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	300.479	—	5.311	66.258	372.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Munich Re" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede em São Paulo, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4.440, 6º andar, cujo controlador em última instância é a Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München (Alemanha), e que tem por objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007 e alterações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração
As demonstrações financeiras anuais foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Munich Re em curso normal das suas atividades e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2017.

Base para mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados na categoria "valor justo por meio do resultado", que são mensurados pelo valor justo.
Circulante e não circulante
A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassaram o prazo de 12 (doze) meses inscrites no ativo/passivo circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.
Moeda funcional e de apresentação
A moeda do ambiente econômico principal no qual a Munich Re opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real - (R\$). Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima.

Estimativas e julgamentos
As demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Resseguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• Nota 6 - Aplicações financeiras;
• Nota 7 - Operações com seguradoras e resseguradoras;
• Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários;
• Nota 13 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa
A caixa e equivalentes de caixa são definidos como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerando o balanço patrimonial na rubrica de "Disponíveis e a aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores).

3.2 Ativos financeiros
São classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias:
a. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do período.
b. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Como a Resseguradora mantém intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
c. Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda e são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.
d. Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Resseguradora compreendem os saldos registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Outros créditos" que incluem substancialmente os prêmios a receber de cedentes. Os prêmios de resseguro são mensurados por estimativa, considerando o prêmio estimado para a vigência do contrato (*Estimated Premium Income - EPI*), para os contratos automáticos.
e. Passivos financeiros
Passivos financeiros são compostos substancialmente por contas a pagar e obrigações com fornecedores, constituídos através de obrigações contratuais.
3.2.1 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
A Munich Re avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de perda são incorridos somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento ou eventos de perda que tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
3.2.2 Valor justo dos ativos financeiros (aplicações financeiras)
As quotas de fundos não exclusivos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo. O valor justo dos títulos públicos, integrante do fundo de investimento exclusivo, é apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
3.3 Contratos de seguros
Em consonância com o seu objeto social, a Munich Re emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades:
a. Contratos facultativos
Destina-se a uma operação isolada, negociada entre segurador direto e ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado.
b. Contratos automáticos ou contratos de carteira
Nesta modalidade, a Resseguradora define previamente à estrutura do contrato abrangendo dentro outros itens, a responsabilidade da Resseguradora sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro. Normalmente, os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são recalculadas periodicamente pela Resseguradora e são ajustadas ao longo do período de vigência, na medida em que os prêmios efetivos são informados. Os prêmios e comissões de resseguro são reconhecidos em função das despesas e receitas de comercialização, são apropriados aos resultados ao longo do período de vigência do risco. A Munich Re contrata coberturas de retrocessão com vistas a atender no mínimo os seguintes requisitos: (i) assegurar o cumprimento do limite de retenção por risco decorrente, (ii) mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos. Os ativos e passivos decorrentes da subscrição de contratos de resseguro são apresentados de forma bruta de retrocessão, segregando os direitos e obrigações entre a Munich Re e as Retrocessionárias. A Resseguradora possui contrato de retrocessão da carteira ("stop loss") contratado. A receita estimada de recuperação de sinistros oriundas destes contratos é reconhecida no resultado da Resseguradora quando a sinistralidade esperada para o ano de ocorrência atinge o percentual coberto pelo referido contrato.
3.4 Ativo Imobilizado
Compreende equipamentos, móveis, benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos, e utensílios utilizados na condução dos negócios. Os bens registrados nessa rubrica são demonstrados ao custo de aquisição e a sua depreciação é calculada pelo método linear, sendo 20% a.a. para equipamentos e veículos, e 10% a.a. para móveis, máquinas e utensílios.
3.5 Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base em nota técnica atualial elaborada pela Resseguradora, e compreendem:
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNNG)
A provisão de prêmios não ganhos, é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e é atualizada monetariamente quando aplicável.
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PNNG- RVNTE)
Esta provisão é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmio não ganho para riscos vigentes mas não emitidos. A metodologia aplicada encontra-se descrita em Nota Técnica Atualial e leva em consideração o histórico de atraso de emissões por um prazo de diferimento estimado.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
É constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas até a data-base da demonstração financeira e contempla, na data de sua avaliação, o montante total das indenizações e despesas a pagar por sinistros avisados pelas cedentes.

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)
A metodologia de apuração da Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por grupo de ramos, deduzindo-se os sinistros avisados (pagos ou não) até a data-base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios ganhos de cada ano de subscrição dos contratos e são definidos com base na experiência histórica da nossa Matriz, considerando mercados similares ao que a Resseguradora está inserida, bem como a sua aplicabilidade ao mercado local.

Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)
A companhia constitui Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados para cobrir eventual diferença entre os montantes de sinistro informados pelas Companhias cedentes e a avaliação interna da companhia, considerando análise detalhada das situações mediante laudos, comprovações e estudos circunstanciais.

Provisão de Excedentes Técnicos (PET)
A provisão de excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico dos contratos de resseguro. A PET é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica de cada contratos de resseguro que têm previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato.

Teste de adequação dos passivos (TAP)
Nos termos da Circular SUSEP nº 517/2015, suas respectivas alterações posteriores, e CPC 11, a Resseguradora elabora em cada data-base de balanço o teste de adequação dos passivos, com o objetivo de avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição diferidos relacionados e brutos de retrocessão, para fazer frente aos desembolsos futuros decorrentes dos compromissos com os riscos assumidos até a data-base. Tomando como base os requisitos mínimos determinados pela SUSEP e CPC, para este teste a Munich Re utilizou metodologia que considera seja em valores presuntivos ou em fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos de resseguro foram agrupados conforme as linhas de negócio utilizadas pela Munich Re. Além do agrupamento por grupo de ramos, os fluxos foram projetados separadamente de acordo com a moeda do contrato, permitindo a utilização da premissa de taxa de juros com distinção entre real e dólar norte-americano. Para os contratos em reais, para fluxos de caixa em valores nominais, foi utilizada como taxa de desconto a estrutura de taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETI da SUSEP). Os contratos em dólar foram projetados em sua moeda original e o resultado do fluxo convertido para real de acordo com o câmbio da data-base. Os sinistros foram projetados com a inflação intrínseca. Desta forma, considerando que o indexador seja dólar, utilizamos o cupom da curva de juros cambial também referenciada na planilha ETI da SUSEP. Como premissa de inflação, para projeção dos fluxos de contratos em moeda Real, foi considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os contratos em moeda Dólar Norte-Americano os fluxos foram projetados sem inflação. As premissas de despesas administrativas e operacionais e despesas relacionadas a liquidação de sinistros têm como base os dados históricos da Resseguradora. Já as premissas de sinistralidade e de velocidade de pagamentos de sinistros foram estabelecidas com base na experiência do Grupo Munich Re ajustadas pela sensibilidade ao mercado brasileiro. O teste de adequação do passivo realizado pela Resseguradora na data-base 31 de dezembro de 2016, com base nas premissas descritas acima, revelou insuficiência das provisões técnicas em relação aos fluxos de caixa projetados. O estudo, porém, apresentou uma insuficiência, especificamente na parcela relacionada aos prêmios futuros, tal qual dispõe a legislação pertinente, no montante de R\$ 5.728 (Nota 13a). A carteira de resseguros relacionada ao ramo de propriedades, em virtude de alterações no mix de produtos, vem apresentando comportamento histórico volátil, sendo que a sinistralidade esperada determinada no processo de reservas, atinge o patamar de 90%, onde somando-se o percentual de comissão média, supera os 100% de índice combinado. Em resumo, a projeção de fluxos de caixa projetados para este segmento atual com índice combinado acima de 100%, foi determinante para a necessidade de reconhecer contabilmente a Provisão Complementar de Cobertura.

3.6 Custo de aquisição diferido
Os custos de comercialização são compostos por comissões de corretagem devidas aos corretores por intermediação de contratos de resseguro. Esses montantes são diferidos por ocasião da contratação da cobertura de resseguro e apropriados ao resultado ao longo da vigência dos riscos assumidos.

3.7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi constituída considerando a alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, a partir de setembro de 2015, conforme Lei 13.169/15 e Instrução Normativa nº 1591/2015. As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que sejam pagos antes do reconhecimento do patrimônio líquido. O imposto de renda é reconhecido corrente e o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas, bem como sobre as diferenças temporárias entre critérios contábeis e fiscais de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e são calculados às alíquotas praticadas na data-base das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos gerados pelo exercício de opção de renda e contribuição social sobre o lucro são revisados periodicamente, no ocasião do encerramento do balanço, ou ocorrência de outro fator relevante detectado no período, são ajustados à medida em que haja qualquer dúvida na probabilidade de realização dos impostos diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são computados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

3.8 Reconhecimento de receita e despesas
Receitas e despesas são reconhecidas no momento em que a Resseguradora possui competência.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Resseguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:* A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Resseguradora em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Resseguradora detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Resseguradora fará no futuro. A nova norma exigirá que a Resseguradora revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. *IFRS 15 - receita de contratos com clientes:* A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretar a Abordagem (IFRIC 3) Programa sistêmico de controle. O Cliente está em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Circular SUSEP nº 543: Entre outros temas, a referida Circular alterou os critérios, premissas, métodos referentes a elaboração do TAP. Circular SUSEP nº 544: Entre outros temas a referida Circular define critérios objetivos para o desreconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, diferenças temporárias e bases negativas de contribuição social. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Objetivos e estrutura organizacional
O gerenciamento de riscos é parte fundamental da governança corporativa da Munich Re, em adição das funções de Compliance, Atuação e Auditoria Interna. Dá sustentação à sua força financeira, permitindo honrar os compromissos com as cedentes e criar valor adicionado para os acionistas. Além disso, ele protege a reputação da Resseguradora. Para assegurar o eficiente gerenciamento de risco, são estabelecidas diretrizes e instruções para todos funcionários, assim como uma função específica para a gestão de risco. Gestão de Riscos é a área segregada e independente que gerencia os riscos no Brasil e que atua em cooperação com a área de gerenciamento de risco da Matriz alemã.

4.2 Definição da estratégia de gerenciamento de riscos
A estratégia de gerenciamento de risco da Munich Re tem, entre outros, os seguintes objetivos: (i) garantir o elevado nível de confiança dos clientes; (ii) permitir a proteção e a geração de valor sustentável para o acionista e (iii) proteger a reputação da Resseguradora. A estratégia de gerenciamento de riscos é composta por três classes de critérios de risco: (i) critério de portfólio inteiro, que se concentra em todo o portfólio de risco; (ii) critério de suplementar de abrangente somente o risco sistêmico que o Cliente está exposta e que, se materializado, poderia colocar em risco a continuidade das suas operações e (iii) outros critérios de risco, que se concentram em proteger a reputação da Resseguradora e assim preservar o valor do acionista.

4.3 Riscos significativos
De acordo com a avaliação da Munich Re, riscos significativos são riscos que podem causar efeitos nos ativos, passivos, posições financeiras ou resultados da Resseguradora. A Munich Re aplica essa definição de forma consistente e a área de gerenciamento de riscos é responsável por avaliar se um risco é significativo. A seguir são apresentadas as categorias a partir das quais podem surgir riscos significativos.
a. Risco de subscrição
Risco de subscrição é definido como o risco em que os custos com pagamentos de sinistros possam ser maiores do que as expectativas da Munich Re. Tendo em vista a diversificação dos negócios da Resseguradora, o risco de subscrição é dividido em três categorias: (i) risco de subscrição em resseguro de vida; (ii) risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida (demais). Para mitigar a exposição com relação a valores elevados, a Munich Re possui coberturas de retrocessão por risco, além de proteção stop loss, que limita a sua exposição global quando a sinistralidade é maior a uma porcentagem predefinida. Para as categorias (ii) e (iii), os riscos significativos incluem a exposição a valores elevados, os riscos de prêmio e os riscos de reserva. O risco de prêmio é o risco das indenizações dos sinistros que ainda não ocorreram para os compromissos assumidos pelo risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida (demais). Para mitigar a exposição com relação a valores elevados, a Munich Re possui coberturas de retrocessão por risco, além de proteção stop loss, que limita a sua exposição global quando a sinistralidade é maior a uma porcentagem predefinida. Para as categorias (ii) e (iii), os riscos significativos incluem a exposição a valores elevados, os riscos de prêmio e os riscos de reserva. O risco de prêmio é o risco das indenizações dos sinistros que ainda não ocorreram para os compromissos assumidos pelo risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida (demais). Para mitigar a exposição com relação a valores elevados, a Munich Re possui coberturas de retrocessão por risco, além de proteção stop loss, que limita a sua exposição global quando a sinistralidade é maior a uma porcentagem predefinida. Para as categorias (ii) e (iii), os riscos significativos incluem a exposição a valores elevados, os riscos de prêmio e os riscos de reserva. O risco de prêmio é o risco das indenizações dos sinistros que ainda não ocorreram para os compromissos assumidos pelo risco de subscrição em resseguros de crédito e riscos financeiros e (iii) risco de subscrição em resseguros de não vida (demais). Para



MUNICH RE DO BRASIL RESEGURO S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS (Em milhares de Reais)

a. Risco de mercado

A Munich Re define o risco de mercado como perda ou de mudança adversa na situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e instrumentos financeiros, inclusive suas correlações. O Grupo Munich Re lida com o risco de mercado por meio de limites, sistemas de alerta antecipado e do gerenciamento de ativos e passivos. O Grupo limita os desvios em investimentos para cobrir os compromissos assumidos e a necessidade de prosseguir com as operações com mínimo risco de mercado. A política de investimentos da Munich Re não permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, o que pode ser observado na Nota 5, onde constam somente aplicações em fundos de investimentos de quotas, compostos por títulos públicos federais. Através de testes de sensibilidade, e de "stress", são simuladas as flutuações oriundas do risco de mercado e são definidas as estratégias para seu controle e minimização. Para o risco de moeda, a Munich Re mantém avaliação sobre o risco de descasamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2016 a Munich Re possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira Dólar, na ordem de US\$ 910 (exposição líquida ativa de US\$ 3.842 em dezembro de 2015).

e. Risco operacional

A Munich Re define o risco operacional como perdas potenciais que podem resultar de processos inadequados, falhas técnicas, erro humano ou eventos externos. Isso inclui ações criminosas cometidas por funcionários ou terceiros, violações de leis antifraude, processamento incorreto de informações, interrupção de negócios, descumprimento de obrigações de comunicações e descumprimentos com parceiros de negócios. Através de um sistema de controles internos (ICS) e realização, ao menos uma vez a cada ano da validação de riscos e estabelecimento dos controles (Risk and Control Assessment), a Munich Re gerencia os riscos operacionais e estabelece os respectivos controles, o que permite identificar e mitigar esse risco, por meio da ligação sistemática entre riscos e processos. A empresa já está no processo de implementação do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e finalizou a fase 1, conforme regulamentado na Circular 517 de 2015. A Munich Re está preparada para a continuidade de seus negócios e tem tecnologia para lidar em situações de emergência, desastres ou catástrofes, conforme o seu plano de continuidade de negócios.

f. Risco de reputação

A Munich Re define risco de reputação como a perda resultante de danos causados à imagem pública da Resseguradora, ou a sua reputação perante os clientes, acionistas, empregados ou terceiros como autoridades supervisoras. O risco de reputação é monitorado e controlado pela área de gerenciamento de riscos e pela área de comunicação que, em conjunto com a administração da Munich Re, avaliam cada situação de risco real ou potencial e orientam como proceder em cada situação. Além do gerenciamento local do risco de reputação, a Munich Re trabalha em conjunto com o Comitê de Risco de Reputação estabelecido na Matrix e que determina os procedimentos para lidar com esse risco para todo o Grupo Munich Re. Todas as regras e procedimentos são baseadas no Código de Conduta, o qual estabelece as principais regras e princípios para o comportamento responsável e adequado de todos os empregados.

4.4 Análises de sensibilidade

A seguir são apresentados os resultados das análises de sensibilidade onde foram simuladas mudanças razoáveis nas premissas atuariais mais significativas, utilizadas para avaliar o impacto nos resultados dos compromissos assumidos até a data dessas demonstrações financeiras. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Munich Re quanto aos fatores de risco que mais impactam os negócios de resseguro, no entanto, não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto e, consequentemente, gerar resultados reais em períodos futuros significativamente diferentes dos resultados apresentados a seguir. A análise foi realizada através da simulação do impacto no resultado em 31 de dezembro de 2016 e no patrimônio líquido na data-base das demonstrações financeiras, dos riscos que a Munich Re julga serem mais relevantes e que podem afetar seu patrimônio. O quadro a seguir apresenta os resultados dos testes por premissa alterada e o risco ao qual ela se refere.

Riscos significativos

Principais Premissas	Subscrição		Mercado		Moeda	
	Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição
	5%	5%	10%	10%	10%	10%
Aumento/redução Efeitos Resultado						
• Patrimônio Líquido (R\$)	(10.369)	10.369	6.787	(6.787)	(2.252)	2.252
Resultado (%)	-17%	17%	12%	-12%	-4%	4%
Patrimônio Líquido (%)	-3%	3%	2%	-2%	-1%	1%

5. CAIXA E BANCOS

O saldo de R\$ 19.495 (R\$ 59.064 em 2015) está composto substancialmente por conta corrente em dólar, cujo propósito é o "hedge" cambial das operações em moeda estrangeira.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2016		31.12.2015		Ajuste a valor atualizado	Rentabilidade da carteira	
	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo			
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos							
exclusivo (AA-)	892.874	- 892.874	14,29%	679.117	(124)	678.993	12,94%
LTN	313.619	- 313.619	-	-	-	-	-
LFT	411.885	- 411.885	-	675.623	(131)	675.492	-
NTN-B	8.044	- 8.044	-	3.572	7	3.579	-
NTN-F	159.411	- 159.411	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(85)	- (85)	-	(78)	-	(78)	-
Quotas de fundos de investimentos não exclusivo (A-)	93.872	- 93.872	14,04%	147.286	-	147.286	12,60%
LFT	76.185	- 76.185	-	35.013	-	35.013	-
NTN-B	58	- 58	-	-	-	-	-
NTN-O	17.629	- 17.629	-	-	-	-	-
LTN	-	-	-	70.216	-	70.216	-
LTN-O	-	-	-	42.057	-	42.057	-
Total	986.746	- 986.746	-	826.403	(124)	826.279	-

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou possui perda por redução do valor recuperável. Esses ativos financeiros estão classificados de acordo com a Agência Classificadora Moody's.

a. Abertura das aplicações prazo de vencimento

	31.12.2016			
	Valor das aplicações	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor justo por meio do resultado				
Fundo de investimento exclusivo				
LFT	313.619	69.965	35.859	207.796
LFT	411.885	110	18.404	393.372
NTN-B	8.044	-	-	8.044
NTN-F	159.411	-	-	159.411
Contas a pagar	(85)	(85)	-	-
	892.874	69.990	54.263	768.622
Fundo de investimento não exclusivo				
LFT	186	-	-	186
NTN-B	58	-	-	58
NTN-O	2.547	1.378	-	1.168
	2.791	1.378	-	1.412
Fundo de investimento cambial				
LFT	75.999	-	15.719	60.280
NTN-O	15.082	-	15.082	-
	91.081	-	15.719	75.362
Total das aplicações	986.746	71.368	69.461	845.887

	31.12.2015			
	Valor das aplicações	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Fundo de investimento exclusivo				
LFT	675.492	-	21.257	654.235
NTN-B	3.579	-	-	3.579
Contas a pagar	(78)	(78)	-	-
	678.993	(78)	21.257	657.814
Fundo de investimento não exclusivo				
LFT	23.476	-	-	23.477
LTN-O	42.057	-	42.057	-
	65.534	-	42.057	23.477
Fundo cambial				
LFT	11.536	-	11.536	-
LTN	70.216	-	-	70.216
	81.752	-	11.536	70.216
Total das aplicações	826.279	(78)	74.850	751.507

A Munich Re possui contratos de investimentos com as Instituições Financeiras que administram os fundos citados que garantem liquidez diária em caso de necessidade de resgate. Para fins de apresentação das informações sobre as aplicações em quotas de fundos de investimento, no quadro acima, os títulos foram distribuídos de acordo com o vencimento dos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação dos investimentos dentro dos Fundos.

b. Movimentação das aplicações financeiras

	31.12.2016	31.12.2015
No início do exercício	826.279	681.528
Aplicações	204.017	297.433
Resgates	(141.241)	(239.824)
Rendimentos	97.691	87.142
No final do exercício	986.746	826.279

c. Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas:

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Provisões Técnicas	1.419.489	1.402.608
Deduções:		
Resseguros	563.969	585.856
Direitos creditórios	97.700	96.734
Total	757.820	720.018
Ativos vinculados		
Quotas de fundos de investimentos	979.633	826.097
Total	979.633	826.097
Suficiência	221.813	106.079

d. Nível hierárquico do valor justo dos ativos financeiros

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Resseguradora utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (ou não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As aplicações financeiras em títulos públicos (LTN e LFT, NTN-B e NTN-F), contidas no fundo de investimentos exclusivo, foram classificadas no Nível 1, enquanto os fundos de investimentos abertos foram classificados no Nível 2.

e. Derivativos

Os Fundos de Investimentos possuem operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção dos riscos associados com a variação das taxas de juros dos investimentos. Os instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3/Bovespa, que são utilizados para proteção da posição de títulos pré-fixados. A seguir são apresentadas as posições de instrumentos derivativos:

	31.12.2016				
Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)
Futuro DI	01/01/2018	(27.317)	(300)	(27.317)	-
Futuro DI	01/01/2019	(39)	78	(39)	-
Futuro DI	01/01/2019	(17.830)	(215)	(17.830)	-
Futuro DI	01/01/2021	(13.429)	(119)	(13.429)	-
Futuro DI	01/01/2023	(2.710)	(50)	(2.710)	-
Futuro DI	01/01/2025	(1.312)	(30)	(1.312)	-
Total				62.637	-
	31.12.2015				
Derivativos	Data de vencimento	Valor de referência	Quantidade	Valor justo	Valor a receber (pagar)
Futuro DI	01/01/2016	(1.941)	(84)	(1.941)	-
Futuro DI	01/01/2017	(20)	(1)	(20)	-
Total				(1.961)	-

7. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESEGURO S.A.

a. Composição de prêmios de resseguro a receber:

	31.12.2016	31.12.2015
Facultativos	82.319	76.204
Contratos	188.913	155.806
	271.232	232.010

b. Composição das operações com resseguradoras

	31.12.2016	31.12.2015
Sinistros a recuperar	55.156	4.190
Prêmios a receber - Contrato	9.350	37.813
Prêmios a receber - Facultativo	1.474	4.884
	65.980	46.887

c. Movimentação do saldo de prêmios de resseguro e retrocessão a receber:

	31.12.2016		
	Facultativos	Contratos	Total
Saldo no início do exercício	81.088	193.619	274.707
Emissões	67.954	373.942	441.896
Recebimentos	(56.674)	(369.576)	(426.250)
Oscilação cambial	(699)	(7.600)	(8.299)
Saldo no final do exercício	91.669	190.385	282.054
	31.12.2015		
	Facultativos	Contratos	Total
Saldo no início do exercício	69.809	179.279	249.088
Emissões	92.152	289.141	381.293
Recebimentos	(76.167)	(280.513)	(356.680)
Oscilação cambial	(4.706)	5.712	1.006
Saldo no final do exercício	81.088	193.619	274.707

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31.12.2016	31.12.2015
Tributos correntes		
Imposto de renda a compensar	2.635	2.635
Contribuição social a compensar	2.123	2.123
PIS a compensar	71	38
COFINS a compensar	438	234
Outros	906	97
Circulante	6.173	5.127
Tributos diferidos		
Crédito de imposto de renda - Prejuízo fiscal	8.227	16.164
Crédito de imposto de renda - Diferenças temporárias	3.343	850
Crédito de contribuição social - Base negativa	6.582	9.699
	2.674	510
Subtotal (antes da compensação)	20.826	27.223
(-) Tributo diferido - Variação cambial	(3.825)	(3.044)
Não circulante	17.001	24.179

Em 31 de dezembro de 2016, a resseguradora possui crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados e compensáveis com lucros futuros no montante de R\$ 14.809. A compensação destes estará limitada a 30% do lucro real gerado em exercícios futuros e a estimativa de realização é como se segue:

13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

a. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - Brutas de retrocessão

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (RVNE)	Provisão complementar de Cobertura (PCP)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
99.074	195	214.560	327.141	133.398	6.829	5.728	786.925	6.289
Responsabilidades	8.902	93	38.765	44.582	-	311	92.653	616
Automóveis	3.914	106	1.632	8.241	-	15	13.908	101
Transportes	16.679	-	18.554	30.284	-	2.503	68.020	989
Riscos financeiros	37.870	11.199	145.853	80.038	-	573	275.534	-
Pessoas	15.103	35.454	57.034	61.594	-	-	169.185	-
Habitacional	215	-	-	400	-	-	615	-
Rural	1.122	-	1.866	856	-	-	3.844	2
Marítimo	1.110	10	1.088	1.027	-	2	3.237	103
Aeronáutico	1.993	8	1.862	1.706	-	-	5.569	53
	185.982	47.065	481.214	555.869	-	133.398	1.419.489	8.153

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de riscos vigentes e não emitidos (RVNE)	Total das provisões técnicas	Custos diferidos
122.458	14	396.166	269.675	11.035	799.348	7.173	
Responsabilidades	12.027	-	47.449	72.453	656	72.453	641
Automóveis	3.393	2	16.661	2.209	-	22.265	104
Transportes	14.422	-	8.610	43.934	67	67.03	



MUNICH RE DO BRASIL RESEGURO S.A.

CNPJ nº 01.857.539/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

(Em milhares de Reais)

15. PARTES RELACIONADAS

a. Operações de retrocessão

Referem-se às transações de retrocessão para resseguradoras do Grupo Munich Re, envolvendo a cessão de prêmios, recuperação de sinistros, além do repasse de montantes a pagar e a receber junto a estas resseguradoras. As transações com partes relacionadas oriundas dos contratos de retrocessão, estão assim apresentadas:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Munich Re	New Re	Munich Re	New Re
Recuperação de sinistros	148.410	131.264	141.903	10.430
Outros créditos operacionais	36	76	2.240	1.783
IBNR Retrocedida	73.017	-	72.687	15.190
Recuperação de PPNG	49.365	-	16.522	6.122
Recuperação de excedente técnico	9.845	-	941	1.011
	280.673	131.340	234.293	34.536
	31.12.2016		31.12.2015	
Munich Re	New Re	Munich Re	New Re	
Prêmios de retrocessão a liquidar	67.873	-	1.009	12.917
	67.873	-	1.009	12.917
	31.12.2016		31.12.2015	
Munich Re	New Re	Munich Re	New Re	
Recursos com retrocessão	3.830	(82)	173	219
Recuperação de sinistros	(20.177)	(5.854)	17.646	770
Varição das provisões de prêmios	5.311	33.966	712	(3.606)
Varição de outras provisões	(9.230)	19.036	(5.134)	188
Varição de sinistros ocorridos e não avisados	(38.343)	(38.775)	14.781	(363)
Varição do custo de aquisição	8.297	(9.869)	1.099	52
	(50.312)	(1.578)	29.277	(2.740)
	31.12.2016		31.12.2015	
Munich Re	New Re	Munich Re	New Re	
Prêmios cedidos em retrocessão	(70.979)	(7.064)	(21.552)	(101)

b. Honorários da administração

Os honorários aos administradores no montante de R\$ 386 (R\$ 1.309 em 2015), contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", compreendem benefícios de curto prazo. A Munich Re não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações e não mantém plano de benefícios pós-emprego na modalidade de benefício definido.

c. Suporte tecnológico

A Munich Re utiliza suporte tecnológico de seu controlador para o processamento de dados e informações, cujos custos são apurados através de "cost sharing" conforme acordo firmado entre controladora controladora. Não há custos desse suporte pendentes de liquidação em 31 de dezembro de 2016 e os custos totais no exercício estão contemplados na demonstração do resultado na conta "Despesas administrativas", no grupo "Serviços de terceiros", e totalizaram R\$ 4.032 (R\$ 3.834 em 2015).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Resseguradora, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 300.479 e está representado por 286.126.555 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

c. Reservas estatutárias

O montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas será retido em Reserva de Expansão, para expansão dos negócios da Resseguradora, até o limite do capital social.

17. DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Sinistros ocorridos

	31.12.2016	31.12.2015
Indenizações avisadas	(153.734)	(439.288)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(133.398)	-
Recuperação de indenizações - Salvados	4.586	669
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(66.931)	(95.469)
	(349.477)	(534.088)

(b) Custos de aquisição diferidos

	31.12.2016	31.12.2015
Comissão sobre prêmio emitido	(9.840)	(8.559)
Varição dos custos de aquisição diferida	(811)	(189)
	(10.651)	(8.748)

(c) Outras receitas e despesas operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Outras receitas - Lucros atribuídos	2.533	204
Outras despesas - resseguro	27.997	(8.874)
	30.530	(8.670)

(d) Resultado de retrocessão

	31.12.2016	31.12.2015
Prêmio de retrocessão	(196.570)	(150.851)
Recuperação de indenizações	(62.919)	197.057
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	127.398	-
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	34.964	94.589
Provisão de prêmios não ganhos	26.786	(7.987)
Provisão de excedente técnico	9.243	-
	(61.098)	132.808

Visando maior equilíbrio da carteira, a Munich Re passou a ceder proporcionalmente sua carteira de crédito e gerando uma movimentação de saldos no primeiro semestre referente a todos os contratos aceitos de anos anteriores e contratos aceitos de 2016. Adicionalmente, os contratos de

retrocesso de algumas linhas de seguros de danos, relativos aos anos de subscrição 2010 e 2011, foram encerrados entre as partes no segundo semestre de 2016. Houve apuração de todo o acervo líquido que culminou numa liquidação financeira por parte das retrocessionárias. (Nota 17d). Como resultado do encerramento dos contratos de retrocessão, a Munich Re reconheceu o montante de R\$ 15.571 de despesa operacional de retrocessão, tendo recebido o montante de R\$ 29.750 das empresas retrocessionárias, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Provisão de Sinistro Ocorrido e Não Avisado (IBNR)	34.687
Provisão de Prêmio Não Ganho (PPNG)	10.174
Comissão Diferida (DCD)	14
Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL)	23.858
Provisão de Excedente Técnico (PET)	479
Prêmios de Resseguro Net de Comissão	(4.538)
Sinistros de Resseguro	(19.353)
Total	45.321
Valor recebido	29.750
Efeito em resultado (despesa)	15.571

(e) Despesas administrativas	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal próprio	(24.405)	(20.135)
Serviços de terceiros	(9.037)	(10.311)
Localização e funcionamento	(5.051)	(4.803)
Outras despesas administrativas	(1.409)	(348)
	(39.902)	(35.597)

(f) Despesas com tributos	31.12.2016	31.12.2015
COFINS	(12.151)	(12.479)
PIS	(1.975)	(2.028)
Impostos sobre remessa ao exterior	(2.760)	(2.833)
Taxa de fiscalização	(1.077)	(852)
Outros	(382)	(300)
	(18.345)	(18.492)

(g) Resultado financeiro	31.12.2016	31.12.2015
Receitas		
Receita com aplicações financeiras	110.775	91.357
Juros sobre prêmios	936	172
Oscilação cambial	40.516	112.881
Outras receitas financeiras	12.188	22
	164.415	204.432
Despesas		
Despesa com aplicações financeiras	(24.352)	(4.215)
Oscilação cambial	(57.849)	(72.882)
Outras despesas financeiras	(645)	(691)
	(82.846)	(77.788)
	81.569	126.644

(h) Resultado de outras operações	31.12.2016	31.12.2015
Resultado de Outras Operações - Outras Receitas	104	73
Resultado Venda de Ativo - Veículos	(189)	-
	(85)	73

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações dos resultados, como seguem:

	31.12.2016	31.12.2015		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social	96.461	96.461	24.067	24.067

Adições:				
Provisões com funcionários	659	659	664	664
Despesas de oscilação cambial sobre prêmios pendentes	29.395	29.395	40.477	40.477
Despesas não dedutíveis	1.115	1.115	84	84

Exclusões:				
Receitas de oscilação cambial sobre prêmios pendentes	(21.535)	(21.535)	(42.150)	(42.150)
Reversão da provisão com funcionários	465	465	(188)	(188)
Outras exclusões	(805)	(805)	(47)	(47)

Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	31.12.2016	31.12.2015		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Compensação do prejuízo fiscal ano calendário 2013	(31.727)	-	(6.872)	-
Compensação da base negativa de CSLL ano calendário 2013	-	(31.727)	-	(6.872)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	74.028	74.028	16.035	16.035

Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	(18.484)	-	(3.985)	-
(-) Deduções PAT	64	-	48	-

IRPJ Diferido:				
- Receita de oscilação cambial	1.963	-	(418)	-
- Outras Provisões	116	-	(47)	-
- Baixa Prejuízo Fiscal	(7.934)	-	(1.713)	-
Alíquota de 20%	-	(14.806)	-	(2.620)
CSLL Diferido:				
- Despesa de oscilação cambial	-	1.574	-	(251)
- Outras Provisões	-	93	-	(28)
- Baixa Base Negativa de CSLL	-	(6.344)	-	(1.028)
- CSLL Diferido - efeito Lei 13.169/15 - Majoração CSLL - Acumulado	-	3.015	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	(24.274)	(16.468)	(6.115)	(3.927)
Alíquota Efetiva	25,16%	17,07%	25,41%	16,34%

normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê manteve, desde 1º de janeiro de 2016 até esta data, reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outros. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado e aprovado o plano anual de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê

avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve ainda reuniões com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões para aprimoramento de fluxos operacionais, revisões de compliance e gestão de riscos. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S/A correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

Assisio Aparecido de Oliveira José Rubens Alonso Luiz Pereira de Souza

Anexo I
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de retrocessão 31/12/2016
Total de provisões técnicas auditadas 1.419.489
Total de ativos de retrocessão 622.661

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas 31/12/2016
Provisões Técnicas (a) 1.419.489
Valores redutores (b) 661.669

Total a ser coberto (a-b) 757.820

3. Demonstrativo do Capital Mínimo 31/12/2016
Capital Base (a) 60.000
Capital de Risco (CR) (b) 104.637

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) 104.637

4. Demonstrativo da Solvência 31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) 365.369
Exigência de Capital (CMR) (b) 104.637

Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b) 260.732
Ativos Garantidores (d) 979.633
Total a ser Coberto (e) 757.820

Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e) 221.813
Ativos Líquidos (g) 221.813
Capital de Risco (CR) (h) 104.637

Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h) 211,98%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos de Ramos SUSEP) 31/12/2016
01; 02; 03; 06; 09; 10; 11; 12; 13; 14; 15 10.000
07 15.000

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Resseguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
CRC 25P014428/O-6 Contador CRC 15P252419/O-0

RODRIGO BELLOUBE DOS SANTOS Diretor Presidente

TÂNIA AMARAL HEYDENREICH ALVES Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Supervisão

ALEXANDRE LUIZ GRECCO Contador CRC 15P217581/O-0

ALEX CAVALHEIRO SOTTERO Atuarial MIBA 2386

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Munich Re do Brasil Resseguradora S/A ("Companhia"), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as

Aos Administradores e Acionistas da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção adeqüem os demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por

Aos Administradores da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. em